

Pelo Economista Marcos Coimbra*, em 20 Abr 2015

Amargarmos uma brutal "estagflação", caracterizada pela perversa combinação de um agudo processo de inflação, com taxa próxima a dois dígitos previstos para o final do ano, com uma recessão prolongada. A renda real dos trabalhadores decresce acentuadamente, a indústria sofre quedas sucessivas a cada período de tempo e o desemprego avança. Não conhecemos qualquer segmento da economia real que esteja satisfeito, além do "agronegócio", que continua a resistir bravamente, não sabemos até quando. Nossa dívida bruta chega a mais de 65% do PIB e pagaremos no corrente ano em torno de R\$ 500 bilhões de juros da dívida pública. Fatos que impossibilitam a retomada do processo de crescimento econômico, a fim de que possamos depois voltar a sonhar com o esperado desenvolvimento econômico. Em todas as camadas da população, dos níveis mais baixos de renda até aos mais elevados, a queixa é a mesma, guardadas as devidas proporções. Não há dinheiro, não há emprego, com exceção do setor financeiro.

Muitas pessoas equivocam-se em imaginar que a Economia é uma ciência fria, desumana, interessada em perpetuar as condições existentes de desigualdade, seja a nível pessoal, regional ou setorial. Isto é explicado, em parte, pela maciça divulgação pelos meios de comunicação de massa dos malefícios de um capitalismo selvagem, dissociado do que deveria ser na realidade. Sua própria conceituação caracteriza-a como ciência social, cujo grande objetivo é a maximização da função de interesse coletivo da comunidade, aproximando-se assim do conceito do bem comum, ideal de convivência capaz de, ao mesmo tempo em que assegure a busca do bem-estar, construa uma sociedade onde todos tenham condições de plena realização de suas potencialidades e do exercício constante de valores morais, éticos e espirituais.

Desta forma, o principal objetivo de um sistema econômico deve ser o de garantir o pleno emprego dos fatores de produção, ou seja, proporcionar trabalho a todos os componentes da população economicamente ativa (PEA), em torno de 80 milhões de pessoas, com plena utilização própria dos nossos vastos recursos naturais. E, no Brasil, tudo isto é perfeitamente factível. Como? Basta, de início, diminuir a sonegação em 50%, o que provocará recursos adicionais da ordem de cerca de R\$ 300 bilhões, em uma estimativa modesta, a serem investidos na infra-estrutura econômica e social, procurando assim retornar a obter uma formação bruta de capital fixo de 25% do PIB. Em seguida, diminuir expressivamente a imoral taxa de juros ainda em vigor. Desta forma, serão ativados os setores de energia, transportes, comunicações, saúde, saneamento básico, educação, segurança, ciência e tecnologia.

Garantidos os recursos, vamos verificar o que pode ser feito na área social. Inicialmente, a garantia de que o país, voltando a crescer 7% ao ano, aumente a produção, a oferta agregada, gerando mais empregos, seja no setor terciário, o qual no terceiro milênio será o grande absorvedor de mão-de-obra, seja no estímulo às atividades do "agrobusiness", acoplando o setor secundário ao setor primário. Desta forma, aumentando a oferta de trabalho, havendo mais equilíbrio entre oferta e demanda de emprego, melhorando a qualidade dos postos de trabalho, os salários serão maiores, proporcionando o crescimento do mercado interno, provocando maior incremento da produção interna, tradicional absorvedora de mão-de-obra. Este é o ciclo virtuoso do desenvolvimento.

E o segredo do desenvolvimento está justamente na qualidade dos recursos humanos, em especial na garantia de uma sólida educação básica, realmente formadora, capaz de propiciar a profissionalização daqueles que desejarem e, em paralelo, um ensino superior voltado para a pesquisa, em consonância com os anseios da comunidade, pois hoje mais do que nunca o mais importante é o capital humano. E somente uma população verdadeiramente habilitada é capaz de libertar-se da opressão dos "malignos" e assegurar o pleno desenvolvimento do Brasil. A receita é justamente a contrária à empregada pela atual administração petista, ou seja, sacrificar a população, por intermédio de "reformas" de caráter confiscatório, que estão provocando a queda da renda pessoal disponível real e, em consequência, do consumo das famílias, enquanto propiciam ao segmento financeiro os maiores lucros da história. Em paralelo, concedem benesses dissociadas da realidade, pagando "bolsas" de toda ordem, com o propósito de manter-se no poder, através da criação de um eleitorado cativo, incapaz de trabalhar, devido ao hábito do ócio. Como dizia o grande poeta Gonzaguinha: "Um homem se humilha se castram seu sonho. Seu sonho é sua vida e a vida é o trabalho. Sem o seu trabalho, um homem não tem honra. Sem a sua honra, se morre, se mata. Não dá pra ser feliz, não dá pra ser feliz". O povo brasileiro não precisa de esmola. Ele deseja a oportunidade de ter um trabalho digno, com justa remuneração.

*Professor, Membro do Conselho Diretor do CEBRES, Titular da Academia Brasileira de Defesa e Autor do livro Brasil Soberano.

Correio eletrônico: mcoimbra@antares.com.br

Veja como publicado: www.brasilsoberano.com.br